

PROCESSO Nº: 747/2021-TC (Segunda Câmara)

ASSUNTO: Comunicação de irregularidades

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Arês/RN

ADVOGADO HABILITADO: Carlos Alaminos, Procurador Geral, OAB/RN 631-A

RELATOR: Antonio Ed Souza Santana

DESPACHO

NATAL/RN, 18/05/2021

1. Trata-se de Representação apresentada, em 08/03/2021, por Pessoa Jurídica potencial licitante, em face de pretensas irregularidades eventualmente existentes no Edital da Tomada de Preço n.º 001/2021 (Processo n.º 130114/2021), conduzida pela Prefeitura Municipal de Arês/RN, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de assessoria técnica contábil junto ao município, a qual foi autuada com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de irregularidades”, nos moldes do art. 3.^o da Resolução n. 016/2020-TCE.

2. A partir dos elementos coligidos aos autos, verifiquei, em sede de juízo ainda perfunctório (evento 03), indícios das seguintes potenciais irregularidades no âmbito da Tomada de Preço n.º 001/2021:

- i) Restrição ao caráter competitivo do certame, tendo em vista a previsão constante do item 6.1.6.2 do edital, consistente no fornecimento de atestado de capacidade técnica fornecido exclusivamente por pessoas jurídicas de direito Público do Poder Executivo, sem a previsão de fornecimento de tal atestado também por órgãos integrantes do Poder Legislativo Municipal, sendo que, a princípio, a experiência anterior na execução de serviços para as câmaras municipais alcançaria em tese o mesmo objetivo;
- ii) Potencial afronta ao enunciado da Súmula n.º 28-TCE² com a contratação de serviços de assessoria técnica contábil de natureza habitual, permanente, sendo que a eventual contratação de profissionais para o desempenho de atividades habituais e rotineiras da Administração

¹ Art. 3º. Os documentos encaminhados ao Tribunal que noticiem a ocorrência de irregularidades ou ilegalidades devem ser autuados, por ocasião de seu protocolo, com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de irregularidades”, e atribuição de caráter sigiloso.

² SÚMULA Nº 28 – TCE

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. ATIVIDADE HABITUAL. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO ENSEJA IRREGULARIDADE DAS CONTAS. SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICÁVEL.

A contratação sem concurso público de profissionais para o desempenho de atividades habituais e rotineiras da Administração Pública, tais como de assessorias contábil e jurídica, enseja a irregularidade das contas, a aplicação de sanção administrativa.



Gabinete do Conselheiro-Substituto Antonio Ed Souza Santana

Pública de assessoria contábil, sem concurso público prévio, enseja a desaprovação das contas, em consonância com o art. 37, II, da CF. Ademais, tais atividades não devem concorrer com as atividades já exercidas por servidor efetivo do Quadro, caso exista.

3. Nesse viés, recebi o presente Documento como Representação, com fulcro no § 1º, art. 113 da Lei 8666/93, e, ato contínuo, determinei o encaminhamento dos autos à Diretoria de Atos e Execuções - DAE para expedição de notificação para a Prefeitura Municipal de Ares/RN, assim como para o Presidente da Comissão de Licitação da Tomada de Preço n.º 001/2021, a fim de que se manifestassem, em sede de oitiva prévia, no prazo de 72 horas, com fulcro no art. 120, §1º, da LOTCE (evento 03).

4. Regularmente notificados (eventos 10, 11, e 23), o Município de Arêz/RN, representado por seu Prefeito, Sr. Bergson Iduino de Oliveira, por seu Procurador Geral, apresentou, documento protocolado eletronicamente sob o número 001102/2021, apensado aos autos (evento 17). Já, a Presidente da Comissão de Licitação, Sr.^a Asnóbia Pires Correia Silva, apresentou documento protocolado eletronicamente sob o número 001348/2021, apensado aos autos (evento 28), ambos oferecidos tempestivamente, conforme Certidões da Diretoria de Atos e Execuções - DAE (eventos 36 e 37).

5. Diante do exposto, **determino a remessa dos autos à Diretoria de Administração Direta – DAM, a fim de que promova a instrução preliminar sumária**, nos moldes do art. 9º, da Resolução n. 016/2020-TCE³, com a análise da documentação apresentada pelos responsáveis em referência.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA
Conselheiro-Substituto

³ Art. 9º. Uma vez recebido como denúncia ou representação, o Relator determinará a alteração da autuação processual com posterior encaminhamento à unidade de controle externo para instrução preliminar sumária como subsídio à análise de admissibilidade pelo Relator.